

CDD: 149.94

NOÇÃO DE ESTILO EM GRANGER E NARRATIVA HISTÓRICA

HÉLIO REBELLO CARDOSO JR.

*Departamento de História
Universidade Estadual de Londrina
Campus Universitário
C.P. 6001
86051-970 Londrina, PR
Brazil*

Procurou-se resumir alguns elementos da Filosofia do Estilo de Granger a fim de traçar suas perspectivas em relação à epistemologia das ciências humanas. De fato, o problema da narrativa histórica fornece, como veremos, essa oportunidade de observar o conceito de estilo juntamente com as características gerais de uma estilística regional do conhecimento histórico, caso não pormenorizado por Granger.

We have tried to summarize some elements of Granger's Philosophy of Style in attempt to draw up its perspectives concerning epistemology of human sciences. As a matter of fact, the problem of historical narrativity, as we shall see, provides us such an opportunity to check out the concept of 'style' along with the general characters of a regional stilistic for historical knowledge. This case was not specified by Granger.

O esforço de conceptualização do fato vivido constitui, segundo Granger, o problema fundamental de uma epistemologia das ciências humanas (Granger 1974, p.251). Em sentido geral, pode-se afirmar que as ciências do homem procuram detectar a ocorrência de um dado ou elemento médio que esteja definido nos fundamentos da ação. Quanto à história, em particular, pode-se dizer que ela não prende sua atenção a uma determinada constância, a não ser que ao escrevê-la já esteja pressuposto um

primeiro motor ou uma filosofia da história. A sua tarefa seria, antes, tomar como objeto o que de mais fugidivo existe na ação, isto é, a concretude temporal de sua ocorrência. O fato humano, o vivido, a par com sua estruturação científica, deve tornar-se disponível ao conhecimento por intermédio de uma narrativa que justamente congrega eventos que se desenrolam no tempo. Cada tentativa de se revelar o objeto da história, portanto, traz em seu bojo uma determinada imagem da ação – um elemento cultural, vale dizer – que se plasma tanto no aspecto estrutural-científico quanto no aspecto narrativo da disciplina.

Precisamos saber, pois, o que, especificamente, entre a experiência como cultura e a estrutura como ciência, permitiria o tratamento propriamente histórico da ação humana. Para tanto, vejamos três aspectos-chaves da noção de estilo, definida por Granger (Moreno 1989, II.4):

A) Toda atividade humana distingue-se em dois níveis: a prática e o trabalho. A prática é aquela atividade que não implica uma contemplação, de modo que seus produtos são objetivações diretamente inseridas num contexto vivido. O trabalho, por sua vez, é uma prática cuja objetivação é estruturada, resultando em um produto peculiar: a obra. Esta última resulta de um ato de produção que tem como condição de possibilidade a dialética que se estabelece entre a matéria empírica e o projeto de estrutura, ou seja, o conteúdo e a forma. A obra, por conseguinte, somente chega a ser uma estrutura objetiva do vivido, porque, no processo do trabalho, atua um indivíduo na mediação entre forma e conteúdo. Em outras palavras, a estrutura objetiva sempre tem seus limites determinados por uma atividade individual. A relação entre a estrutura e o individual configura o que é denominado por Granger de ‘sistema informacional’. Neste último, pode-se observar, então, que existe sempre um grau de individuação da obra dado pela maior ou menor relação de ‘redundância’ presente em uma mensagem que o sistema reproduz

como emissão da atividade prática. Quer dizer, as redundâncias são interferências inerentes às obras que modulam a mensagem veiculada pelas mesmas, de modo que se pode conceituar a individualização enquanto uma constante no processo de estruturação da prática. A individualização, irredutível na atividade vivida, deixa-se apreender como elemento médio que veicula uma informação na atividade trabalhada. Tal é a tarefa que se propõe a Estilística.

A obra reflete o homem não apenas como produto passivo de condições materiais que o cercam e como produto ativo na definição de uma cultura, mas também reflete este fator individual que diz respeito ao nível significacional onde o homem forja uma figura do mundo (Granger 1961, p.134). Da mesma forma, a história, devido ao estatuto problemático da ação, deve conter este aspecto que se liga diretamente ao significado a partir do qual delineia-se um projeto humano que caminha relativamente autônomo em relação ao movimento das infra-estruturas e ao encadeamento geral dos fatos culturais. A história, sob pena de falsear seu objeto, deve encontrar nas obras o esquema deste projeto, esquivando-se assim de tornar-se um mero registro. Para tanto, a história deverá contar com uma estilística própria dado que as fontes com que ela deve lidar comportam, em alto grau, redundâncias devidas à mediação da individualização no processo de estruturação da prática.

A história, por conseguinte, observa uma prática já estruturada como trabalho. Genericamente, uma estilística histórica deve conciliar a apreensão da prática com uma descrição estrutural. Impõe-se assim que se destaque na ação planos sucessivos correspondentes às temporalidades diferenciadas de sua incidência. Sendo assim, se procederia a descrições "semi-concretas", "semi-analíticas", de obras, segundo três aspectos: os acontecimentos; o meio de ação; e a orientação do pensamento em que se projeta o objetivo da obra (Granger 1961, pp.133-137).

Uma estilística regional da história, logo, teria de levar em

conta a decomposição analítica segundo uma hierarquização do tempo humano na obra realizada. Porém, esta especificidade não é senão um dado que requer o aprofundamento tópico do procedimento exigido por uma estilística geral. Já, por outro lado, se a estilística fornece instrumentos para averiguarmos as estruturas na constituição do objeto (ação/obra), fica pendente o tratamento das estruturas na constituição da própria mensagem (Granger 1974, p.238). Pendência que, como veremos, deverá ser saldada para uma estilística da história, pois a narrativa, além de acompanhar a individuação da obra, precisa captar o grau dessa individuação segundo o nível de modulação da mensagem. Ou seja, deve captar a “insistência” da prática no interior do sistema informacional da atividade trabalhada, ainda que este a veicule apenas enquanto uma variabilidade modulada (codificada). Pode-se dizer, igualmente, que a individuação é uma análise estática, um instantâneo do tempo vivido que a mensagem reitera na obra.

A contigüidade entre a estilística e a narrativa deve-se, portanto, ao fenômeno da individuação presente tanto no objeto quanto na mensagem. O que se dá de novo é que, na história, os níveis hierarquizados de análise das estruturas do objeto têm de ser descritos por intermédio da narrativa, colocando em jogo a consideração da própria mensagem. O problema de ser o objeto da história um objeto narrado dissemina-se na análise da obra. Sendo assim, pode-se falar de uma necessidade de coexistência entre estilística e narrativa no que tange o trabalho historiográfico. Em seguida, é preciso observar o que essa coexistência acarretaria de um ponto de vista interno à estilística.

B) Observemos, antes de mais nada, como se daria essa convivência em relação ao método com o qual opera a estilística.

Como não parte imediatamente da descrição empírica, mas sim das estruturas objetivas, ela procura seguir o movimento da condição de possibilidade de um trabalho, isto é, a mediação

entre forma e conteúdo. Para tanto, toma o trabalho efetivado: a obra.

O método a ser seguido por uma estilística histórica, esteja claro, não poderia escapar à determinação de uma estilística geral. Entretanto, novamente, a condução do método teria de estar atenta à peculiaridade de que o objeto para o qual se volta a história tem de ser considerado como uma obra não no sentido estático, mas no seu fazer-se, isto é, enquanto ação no tempo.

Como cada obra projeta na sua constituição um determinado tipo de imagem da ação, a estilística da história deve procurar um método comparativo que defina as várias tentativas de aplicação do conceito de ação como forma de se determinar diferentes estilos históricos. Contudo, é demonstrável que, partindo-se de uma mesma noção estrutural do objeto ação, bem como de circunstâncias culturais idênticas que induzem determinada imagem da ação, reencontraríamos as dificuldades esboçadas anteriormente. A circunscrição de um estilo de escrita da história, por ser um afunilamento metodológico da estilística, fica aquém dos problemas colocados pela narrativa do objeto. Em suma, o método de uma estilística da história encontra-se obstado pela questão reiterada da estruturação do objeto, na medida em que a estruturação da mensagem correlativa a este objeto incide sobre o domínio definido pela narrativa. Não é possível uma derivação pura e simples, mesmo do ponto de vista metodológico, de uma estilística geral para uma estilística da história.

Neste caso, parece que a narrativa esgota os elementos definidos pela estilística. Então, é preciso averiguar se a estilística conta ainda com um último recurso capaz de dirimir o ultrapassamento de suas possibilidades.

C) Sendo assim, vejamos algo sobre o caráter transcendental da estilística em uma possível coexistência com a narrativa. Vimos que a noção de estilo permite a reflexão sobre as relações do individual com as estruturas, relações estas dadas no processo de

realização de um trabalho. E, como individual e estruturas são analisados do ponto de vista de sua constituição recíproca enquanto condição de possibilidade da elaboração de uma obra, a estilística precisa ser formal e *a priori*. O aspecto formal significa que a estrutura objetivada de um trabalho apresenta determinado nível de independência em relação às condições empíricas de sua produção. O aspecto apriorístico indica que o individual, ao lidar com as condições de objetivação, implementa determinados projetos que o levam além do estatuto do sujeito empírico. Assim, o caráter transcendental da estilística, tanto do lado da estrutura objetiva quanto do lado do individual, mantém uma relação indireta entre ambos a partir de seus limites exteriores, isto é, as circunstâncias empírico-históricas, de maneira que este transcendental está impedido de dispor regras imutáveis. O transcendental estilístico incorpora em seus elementos a tensão do limite entre a obra e a atividade empírica da prática.

Ora, uma estilística da história deveria ter a sua própria face transcendental. Como tivemos oportunidade de assinalar, a tarefa de um historiador é tomar a obra, o seu objeto, não somente como estrutura, mas igualmente como projeto (nível signficacional). Uma ação é mais do que a configuração de seus condicionamentos, embora esse, por assim dizer, excedente, não possa ser postulado como algo além da consciência, isto é, sem qualquer relação com a experiência vivida (Granger 1961, pp.137-138). Porém, esta é a parte em que uma suposta estilística da história confluiria sem entraves com uma estilística geral. Não obstante, o objeto da história, enquanto ação, exige ainda que a sua estilística atenda a uma tarefa que lhe é peculiar, qual seja, que se examine a 'encarnação' das estruturas objetivas em situações concretas. Portanto, uma estilística histórica, também por este aspecto de sua caracterização, requer um remodelamento das relações entre a estrutura e o individual, uma vez que a relação indireta por limites externos entre ambos passa a ser, por sua vez, circunscrita

pela descrição de situações concretas, isto é, mensagens emitidas a partir da prática que circulam no sistema informacional da obra. Essas mensagens, como já indicamos, precisam ser expostas em uma narrativa.

A partir dos três passos (A, B, C) anteriormente desenvolvidos podemos precisar o problema inicial nos seguintes termos: como construir uma estilística da história sem que o caráter transcendental, indispensável como exigência de uma estilística geral, seja destituído? Ou, antes, já como uma observação dos mesmos passos, pode-se dizer que os quesitos colocados em jogo pela narrativa histórica tendem a ser refratários à adaptação de uma estilística geral, visto que ironicamente eles tendem a falsear a incomensurabilidade do transcendental estilístico.

Do que foi exposto anteriormente, pode-se concluir que uma estilística regional da história não poderia estar restrita a uma análise das obras, posto que os elementos colocados em jogo pelo objeto dessa disciplina impele-a a romper o âmbito do trabalho, abrindo-se à atividade prática. Esta estilística deveria proceder, por conseqüência, a um recuo em relação à estrutura objetivada. Com efeito, aqui, à consideração do individual não mais basta a relação indireta que a conforma às estruturas; o individual dever ser posto como um domínio efetivo. É neste ponto que a história encontra frontalmente a sua caracterização como narrativa. A uma análise das estruturas reúne-se um análise prática, própria à história. Esta análise prática ou conjuntural conjuga aquilo que a análise das obras separara de acordo com diferentes níveis estruturais, restituindo um tempo vivido dos acontecimentos, isto é, não uma retrospectiva, mas numa prospectiva das forças contraditórias que se digladiam nas ações humanas. O transcendental estilístico é sempre retrospectivo, ele precisa estancar o individual a fim de que este possa ser convenientemente comensurado com a estrutura.

O que podemos constatar é que uma estilística da história pre-

cisaria congregar necessariamente dois movimentos. O primeiro é o que caminha das obras às estruturas, como foi observado em uma análise das obras. O segundo desses movimentos caminha em sentido inverso, procurando observar a operação das estruturas por intermédio de uma análise das conjunturas. E, uma vez que este último movimento lida com a prática, a estilística da história deveria ser acompanhada de uma narrativa, não de modo derivado ou adventício, mas indispensavelmente como tarefa apresentada pela singularidade de seu objeto. Certamente uma estilística geral não precisa preocupar-se com a inversão de seu tema de análise (Granger 1974, p.218), mas para uma estilística da história essa inversão parece constitutiva. Tudo deveria se passar de acordo com essa concordância de movimentos em sentidos contrários, mas o importante é saber se a simetria da solução está à altura do problema colocado, pois os argumentos que desenvolvemos anteriormente deixam transparecer uma certa incongruência no acoplamento estilística-narrativa.

A estrutura na constituição de um objeto estabelece-se a partir de um certo grau de individuação que define o estilo. Ora, se existe uma gradação individual, isto significa que as próprias estruturas possuem um caráter relativo, de modo que um objeto é tanto mais marcado pelo individual quanto maior o número de estruturas que concorrem para sua constituição (Granger 1974, p.234). Tal é o caso que encontramos exemplificado quando a análise da obra dissecar vários níveis de estruturação baseados num mesmo objeto. Em contrapartida, o exterior da relação indireta que conforma a estrutura e o objeto é a estrutura da constituição de uma mensagem que comporta a individuação enquanto redundância, ou seja, aquilo que permanece irreduzível ao esforço do pensamento formal (Granger 1974, pp.145-148). É sobre a mensagem, pois, que se elaboraria uma análise prática da conjuntura, como a definimos, ou seja, ensejando o acontecer simultâneo dos tempos de um objeto antes hierarquizados. Neste

caso, a mensagem é um objeto concreto que implica uma narrativa, não como complemento ou derivação da estilística, não como simples tentativa de descrever o movimento contrário da estrutura para os conteúdos, mas como uma estilística que é narrativa.

E isto se dá, basicamente, porque o objeto da história – a ação – não se relaciona com a mensagem enquanto esta é uma estrutura formal e aprioristicamente definida. A estrutura da mensagem, neste caso, deve considerar a sua prevalência na constituição de um modo que lhe é próprio, isto é, a narrativa. Esclarece-se com isso porque o problema da narrativa, na história, não pode ser visto como mais um nível de estruturação, entre outros, que viria se superpor na constituição do objeto. A narrativa leva a estilística a considerar um aspecto que aparece em meio a sua tarefa como um estado nascente que requer caracterização segundo os preceitos da própria estilística.

O que está em jogo, precisamente, é se esse estado nascente, que induz o problema narrativo na obra histórica, não terminaria por desgastar o caráter transcendental da estilística. Com efeito, este último tem que manter uma relação indireta com os conteúdos da estrutura e da individuação, sem o que rompe-se o paralelismo entre realidade empírica e sua formalização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GRANGER, G.G. (1961). L'histoire comme analyse des oeuvres et comme analyse de situations. *Médiations*, n.1 (Paris).
- . (1974). *Filosofia do estilo*. (Rio de Janeiro, Perspectiva).
- MORENO, A. (1989). Duas observações sobre a gramática filosófica. *Manuscrito*, vol. XII, n.2, pp.83-115.

